



# RELATÓRIO INFRAESTRUTURA

**CNI**  
Confederação Nacional da Indústria  
CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

## DESTAQUES DO MÊS

### Consórcio pode devolver concessão bilionária ao Governo

A Eletronorte e a Alupar, sócias em um projeto de transmissão de energia de R\$ 1,1 bilhão, cogitam devolver o contrato da linha de transmissão que liga Manaus a Boa Vista porque ainda não têm autorização para iniciar a obra, mais de três anos desde o seu leilão. A malha de 721 km é a reta final de interligação da Região Norte com o Sistema Interligado Nacional (SIN). Com a linha, Roraima não terá mais de queimar diariamente milhares de litros de óleo diesel em usinas térmicas, nem depender da precária importação de energia da Venezuela para suprir a demanda da população. A Transnorte Energia, consórcio formado pela Eletronorte e a Alupar, venceu o leilão da Aneel em setembro de 2011. Em janeiro de 2012, foi assinada a concessão, com a promessa de colocar a linha para funcionar em janeiro de 2015. A dois meses desse prazo acabar, o projeto não tem nem sequer licença prévia ambiental. O problema está no traçado escolhido para a linha.

Dos 721 km da malha, 121 km passam dentro da terra indígena Waimiri Atroari. A Funai afirma que o consórcio apresentou um relatório indígena que inviabiliza o próprio projeto e que outros traçados devam ser estudados. O Ibama declara que o único traçado viável é justamente o que foi a leilão e que outras três opções já estudadas exigiriam a abertura de estradas e canteiros de obra em "uma das regiões mais preservadas do Brasil". A Justiça Federal no Amazonas acatou uma ação do Ministério Público Federal que pode anular o leilão. A Transnorte e a Aneel informaram que ainda não foram notificadas, mas que devem recorrer da decisão.

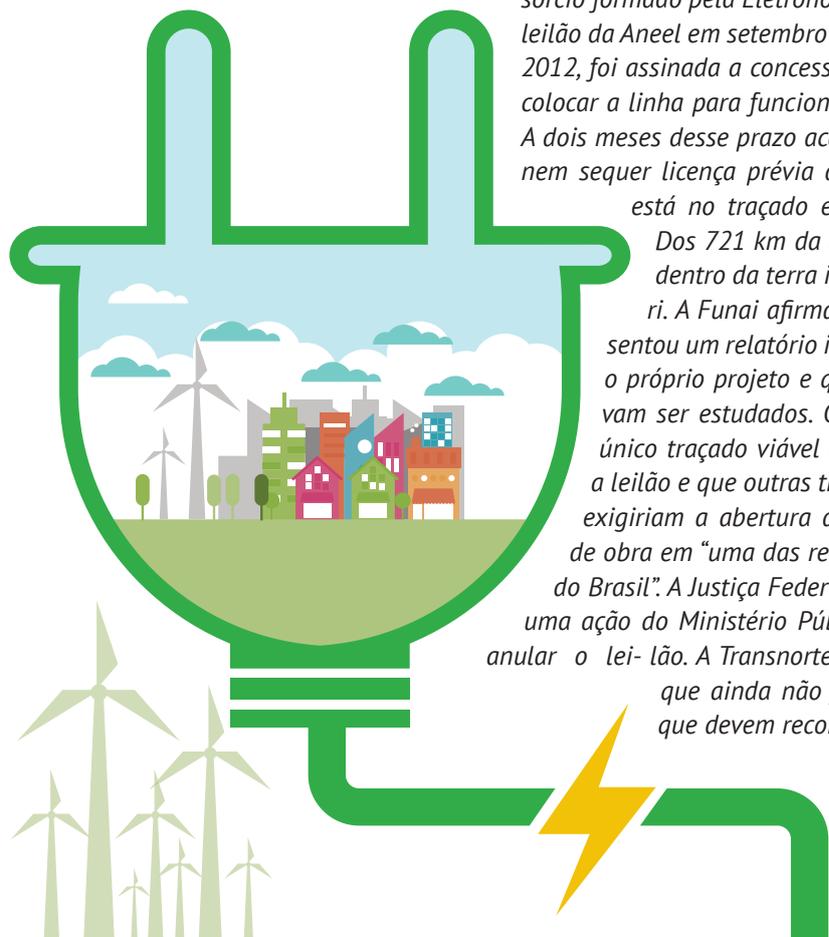
(30.11.2014 - Baseado em Exame)

## PAINEL

**ANTT abre audiência pública sobre os preceitos das revisões tarifárias das concessões e outros temas**

A ANTT abriu Audiência Pública que tem como objetivo obter subsídios para adequar resoluções anteriores que tratam dos preceitos das revisões tarifárias das concessões e outros temas. As contribuições poderão ser encaminhadas até 9 de janeiro de 2015.

Saiba mais: [www.antt.gov.br](http://www.antt.gov.br)



## Custo da crise do setor elétrico pode atingir R\$ 44 bilhões

O custo da crise do setor elétrico deverá alcançar R\$ 43,7 bilhões em 2015, estima o banco J.P. Morgan. De acordo com o Banco, o impacto será menor que o projetado para este ano, da ordem de R\$ 65 bilhões. Longe de ser motivada por alguma melhoria no cenário de abastecimento elétrico, a queda se deve à redução de 53% do teto do preço spot de energia para o próximo ano, para R\$ 388,48 por megawatt-hora (MWh), aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Do impacto previsto para este ano, R\$ 29,1 bilhões são estimados de custo de geração das térmicas, R\$ 11,8 bilhões relativos à exposição involuntária das distribuidoras e R\$ 23,6 bilhões previstos de déficit de geração hidrelétrica. (27.11.2014-Baseado em Valor Econômico)

## Leilão A-5 teve baixa participação hidrelétrica

Poucos projetos hidrelétricos foram apresentados para habilitação no leilão de energia “A-5” que negociou contratos para início de fornecimento em 2019. Questões de licenciamento ambiental prejudicaram a maior inclusão dessa fonte no certame. Ao todo, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) habilitou 821 projetos de geração para o leilão. Os projetos eram de fonte eólica, solar, de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e de térmicas a gás natural, carvão e biomassa. Juntos, os empreendimentos somavam 29.242 MW de capacidade. As eólicas respondiam pelo maior número de projetos habilitados (577) e de potência cadastrada (14.155 MW), seguidas pelas usinas fotovoltaicas, com 179 projetos, totalizando 4.872 MW instalados. As PCHs somavam 25 projetos, com 412 MW, enquanto as térmicas a biomassa totalizavam 21 usinas, com 1.353 MW instalados. Foram habilitadas nove térmicas a carvão (3.890 MW) e seis térmicas a gás natural (4.142 MW). A única usina hidrelétrica que foi colocada em disputa é Itaocara I, de 150 MW de capacidade instalada, no rio Paraíba do Sul (RJ), com preço máximo de R\$ 114/MWh. (28.11.2014-Baseado em Valor Econômico)

## MP prevê aeroporto privado e capital estrangeiro na aviação

O novo texto da MP 652, medida provisória que trata originalmente do programa de subsídios à aviação regional, aborda os dois pontos mais polêmicos atualmente no setor: o fim do limite ao capital estrangeiro nas companhias aéreas e a liberação de novos aeroportos privados. No artigo 10 da MP, o relator Flexa Ribeiro (PSDB-PA) insere a revogação do inciso II da Lei nº 7.565, que trata da concessão ou autorização para os serviços aéreos. Na prática, isso significa mudar a regulamentação que limita a participação do capital estrangeiro em empresas aéreas brasileiras a 20%. O inciso pontua que a concessão somente será dada à pessoa jurídica brasileira que tiver pelo menos 4/5 (quatro quintos) do capital com direito a voto. (12.11.2014-Baseado em Valor Econômico).



## Reservatórios do Sudeste devem acabar o ano com 24,3% da capacidade

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) prevê que os reservatórios das hidrelétricas do subsistema Sudeste/Centro-Oeste terminará o ano com nível de armazenamento de 24,3%. O órgão também estima que o volume de chuvas para o mês de dezembro nas duas regiões seja 7% acima da média histórica para o período. Os reservatórios das usinas do Sudeste/Centro-Oeste encerraram o mês de novembro com 16% de armazenamento. O volume significou uma queda de 2,7 pontos percentuais em relação a outubro. No Nordeste, onde a situação também é crítica, o ONS espera que os lagos das hidrelétricas cheguem ao fim do ano com 21,3% de estoque, a partir de um volume de chuvas de 78% da média histórica para o último mês do ano. Para o Norte, o ONS prevê que as hidrelétricas terminem o ano com 34,1% de armazenamento. O operador também trabalha com uma expectativa de chuvas de 98% do histórico para dezembro no Sul. Com isso, os reservatórios da região deverão terminar o ano com 54,7% de armazenamento. (01.12.2014- Baseado em Valor Econômico).

## Restos a pagar podem superar investimento projetado para 2015

O Governo Federal pode começar o próximo ano com uma previsão orçamentária para novos investimentos menor que o valor devido por obras já realizadas ou em execução. Relatório da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara aponta que esse fenômeno já aconteceu em 2014, quando os restos a pagar de investimento atingiram R\$ 89,7 bilhões, enquanto os investimentos programados no Orçamento deste ano somaram R\$ 81,864 bilhões. Para 2015, a proposta orçamentária prevê investimentos novos de R\$ 67,259 bilhões, o que poderá ser bem inferior ao que ficará de restos a pagar de exercícios anteriores, cujo montante só será conhecido em janeiro (01.12.2014-Baseado em Valor Econômico).

## Poucas concessões serão realizadas em 2015

Eleitas como “prioridade total” do segundo governo da Presidente Dilma Rousseff para elevar a taxa de investimentos do País em meio à contenção de gastos públicos, as novas concessões em infraestrutura vão demorar a sair do papel e devem ter pouco impacto em 2015. Há rodovias e ferrovias já selecionadas para uma nova rodada de oferta à iniciativa privada, mas todas ainda estão em fase de estudos. Não há prazo seguro sobre quando vão a mercado. A única concessão pronta para ser leiloada é a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico). Ainda assim, a obra vive um impasse. O Tribunal de Contas da União (TCU) fixou em R\$ 5,3 bilhões a estimativa de investimentos na linha. Mas as empresas interessadas avaliam um custo mínimo de R\$ 7 bilhões. E concluíram que, dessa forma, o empreendimento não é interessante. Oficialmente, porém, o Ministério dos Transportes informa que está fazendo “os ajustes finais de conteúdo e forma do edital e do contrato de concessão”. O Governo Federal afirma que as empresas não terão ganhos apenas com a execução da obra, mas também como concessionárias da linha. (10.11.2014-Baseado em O Estado de São Paulo).

## TCU detecta irregularidades em 57% das obras públicas do País

O Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou o relatório com as obras fiscalizadas em 2014. Entre julho de 2013 e junho deste ano, foram realizadas, no âmbito do plano Fiscobras, 102 auditorias de obras públicas e encontradas 840 irregularidades. De acordo com o Tribunal foi constatado que 57% das obras tinham irregularidades graves. O TCU afirmou que os desafios são os projetos básicos e executivos, que ainda não estão sendo aperfeiçoados na esfera do Estado brasileiro. (14.11.2014 - Baseado em Valor Econômico).

*O Tribunal de Contas da União (TCU) fixou em R\$ 5,3 bilhões a estimativa de investimentos na linha.*

## Poucas concessões serão realizadas em 2015

Eleitas como “prioridade total” do segundo governo da Presidente Dilma Rousseff para elevar a taxa de investimentos do País em meio à contenção de gastos públicos, as novas concessões em infraestrutura vão demorar a sair do papel e devem ter pouco impacto em 2015. Há rodovias e ferrovias já selecionadas para uma nova rodada de oferta à iniciativa privada, mas todas ainda estão em fase de estudos. Não há prazo seguro sobre quando vão a mercado. A única concessão pronta para ser leiloada é a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico). Ainda assim, a obra vive um impasse. O Tribunal de Contas da União (TCU) fixou em R\$ 5,3 bilhões a estimativa de investimentos na linha. Mas as empresas interessadas avaliam um custo mínimo de R\$ 7 bilhões. E concluíram que, dessa forma, o empreendimento não é interessante. Oficialmente, porém, o Ministério dos Transportes informa que está fazendo “os ajustes finais de conteúdo e forma do edital e do contrato de concessão”. O Governo Federal afirma que as empresas não terão ganhos apenas com a execução da obra, mas também como concessionárias da linha. (10.11.2014 - Baseado em O Estado de São Paulo).

## Governo já autorizou 34 contratos para novos portos privados

Desde a nova legislação do setor, sancionada pela Presidente Dilma Rousseff em junho do ano passado, o Governo assinou 34 contratos para novos portos privados. Eles estão recebendo investimentos de R\$ 10,3 bilhões. Apesar dos avanços, a Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) afirma que um emaranhado de decretos, portarias e resoluções tem engessado a operação de portos privados e impõe novas barreiras ao desenvolvimento de suas atividades. Uma das propostas da Antaq é que os operadores portuários não poderão recusar carga de nenhum cliente, caso haja ociosidade nos terminais, a fim de evitar tratamento discriminatório. Os empresários alegam que isso pode significar uma espécie de intromissão do poder público em relações estritamente privadas. Outro ponto bastante criticado é a regra que permite às donas de terminais expandir em até 25% suas áreas de operações ao longo da vigência dos contratos com a Secretaria de Portos. (13.11.2014 - Baseado em Valor Econômico)

## Blocos da 13ª Rodada saem em 2015

O Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, Marco Antônio Almeida, afirmou que as áreas exploratórias ofertadas na 13ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) serão definidas apenas em 2015. Segundo ele, o assunto não será debatido na próxima reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), prevista para ocorrer até o fim do ano, porque a autarquia apresentou novas áreas para incluir no leilão. (28.11.2014 - Baseado em Valor Econômico)

# 1. ENERGIA ELÉTRICA

## 1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

**Previsão para Entrada em Operação (em MW)**  
De 15 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2018

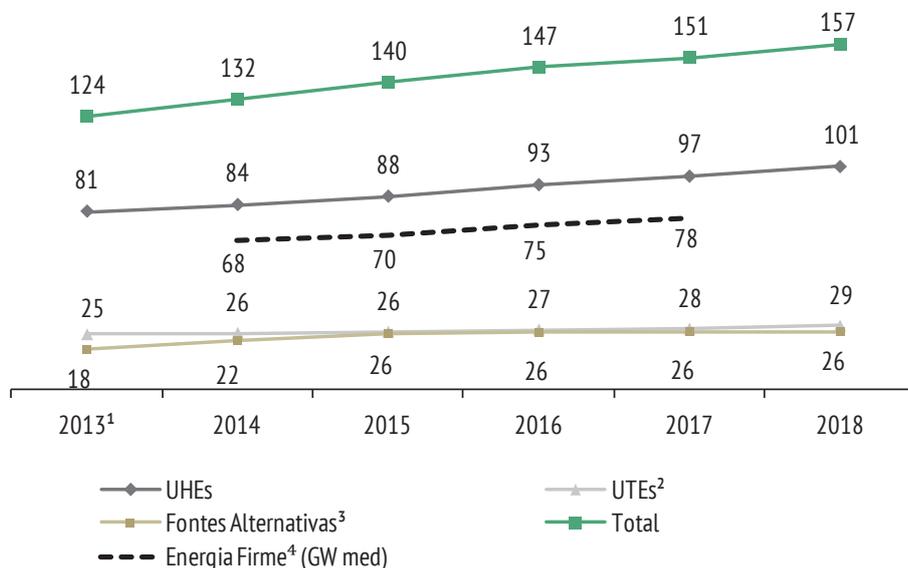
Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	282	3.796	5.202	3.886	4.367	17.533
Otimista	282	3.796	5.210	3.886	4.775	17.949
Usinas Termelétricas (UTE)*						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	274	575	970	400	1.405	3.623
Otimista	274	575	970	410	1.405	3.633
Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	643	3.449	536	235	100	4.964
Otimista	643	4.697	4.281	1.794	2.276	13.691
Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	1.200	7.820	6.708	4.520	5.872	26.120
Otimista	1.200	9.068	10.460	6.090	8.456	35.273

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 4,6% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de novembro de 2014 e 31 de dezembro de 2018.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 35,3 mil MW no período 2014-2018. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 6,2% ao ano.

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)  
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.  
Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

**Previsão da Capacidade Instalada\* (GW) e Oferta de Energia Firme (GW médio)**  
Cenário Conservador

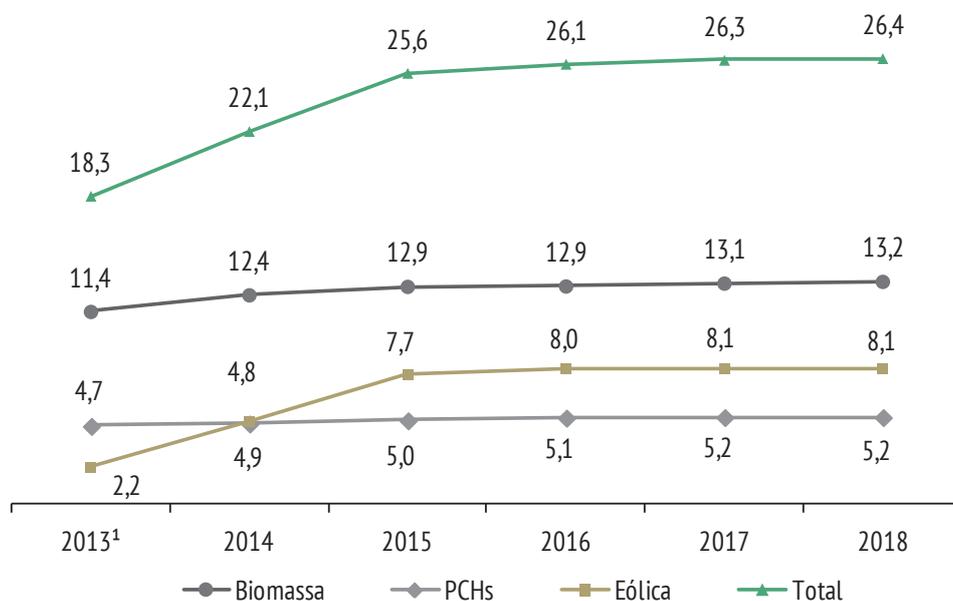


Fonte:  
Elaboração própria com dados da Aneel e da PSR Consultoria (Energy Report - Janeiro/2014).

Notas:  
<sup>1</sup> Capacidade Instalada em 31/12/2013.  
<sup>2</sup> UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.  
<sup>3</sup> PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.  
<sup>4</sup> Energia Firme com 5% de risco de déficit, considerando uma redução de 4% na produtividade das usinas hidrelétricas e uma redução nas vazões da região NE para o valor observado nos últimos 20 anos.<sup>5</sup>

\* Excluídas as Centrais Nucleares.

**Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW)  
Cenário Conservador**



*A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2014, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 6,0% e 0,3%.*

Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.  
<sup>1</sup> Capacidade Instalada em 31/12/2013.

Entre 2013 e 2018, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 25% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 16% no mesmo período. Em dezembro de 2013, a participação das UHEs foi de 65% na matriz elétrica nacional e deve permanecer nesse patamar até 2018. A participação na capacidade total instalada das UTES deve cair de 20% em 2013 para 19% em 2018.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve cair de 9% para 8% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve reduzir de 4% para 3% em 2018. A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2018, passará de 2% para 5%.

### 1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

A previsão otimista prevê a entrada em operação de 17,9 mil MW de UHEs até 2018, enquanto a previsão conservadora prevê a entrada de 17,5 MW no mesmo período. Em outras palavras, 98% da potência prevista não apresenta restrição ao andamento dos trabalhos.

Em relação às termelétricas, prevê-se alta capacidade para entrada em operação no cenário otimista, de 3,6 mil MW até 2018 com 100% dos empreendimentos sem restrição ao andamento dos trabalhos.

### 1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 449 MW de potência adicional até 2018. Já no cenário otimista, até 2018, devem entrar em operação um total de 2,0 mil MW.

As usinas a biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 796 MW até 2018. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 1,8 mil MW para o mesmo período.

Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 9,9 mil MW, apenas 37% da potência (3,7 mil MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2018.

Em virtude dos atrasos observados nos cronogramas das obras de usinas hidrelétricas e de linhas de transmissão, o órgão regulador tenciona definir prazos menos exíguos e incluir disposições mais flexíveis nos editais de licitação dos empreendimentos. Tal propósito visa mitigar o descumprimento das datas previstas de entrada em serviço das grandes obras. Possivelmente, os projetos ditos estruturantes, localizados na Amazônia, seriam diretamente beneficiados pelas novas medidas. Nos termos da normas atuais, os projetos de geração têm de operar as primeiras máquinas no prazo máximo de cinco anos contados a partir da data do leilão. A experiência mostra que esse prazo terá de ser dilatado nas novas licitações.

Outro ponto que requer aperfeiçoamento é o do certame único para a concessão de hidrelétricas de maior porte e grandes linhas de transmissão para conexão dessas centrais geradoras ao sistema interligado nacional. Destarte, o leilão conjunto poderia evitar o descasamento de projetos, que deixa uma obra a espera da outra. A chamada “desverticalização ou unbundling dos empreendimentos poderia sem dificuldade ser feita depois da entrada em operação do conjunto. Os segmentos de geração e de transmissão pertencem hoje a consórcios distintos.

Poderia a Aneel lograr esse propósito? Dificilmente poderia fazê-lo sem o concurso e sem a autorização da pasta de energia. De todo modo, a decisão da Agência nesse sentido seria o primeiro passo. Cumpre ademais estabelecer com clareza os direitos dos empreendedores nos contratos de concessão, de tal sorte que os fatos excludentes de responsabilidade sejam nitidamente percebidos. Fora de dúvida, essas medidas normativas têm importância, eis que afetam o planejamento e a operação setoriais. Trazem benefícios permanentes. As dificuldades da atual conjuntura são severas e tendem a terminar, mas os entraves estruturais acima assinalados poderiam se prolongar indefinidamente na falta de ações dessa natureza.

Por último e não menos importante, o processo de licenciamento das linhas teria de ser revisto. Ao contrário das usinas hidrelétricas, que não podem ser licitadas senão após a emissão da licença prévia, as linhas de transmissão recorrem ao atestado de viabilidade ambiental depois dos leilões. Resultado, balanço feito pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE indica que dos 27.388 quilômetros de linhas em construção, fiscalizadas permanentemente pela Aneel, 71% acumulavam atrasos em dezembro do ano passado. A média era de 13 meses e meio de discrepância na comparação com as datas estabelecidas em contrato.

### 1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

**Expansão da Capacidade de Geração em 2014 (MW)**  
**De 1º de janeiro a 15 de novembro de 2014**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2014, até 15 de novembro, entraram em operação 6.323 MW. Desse total, as UHes representaram 43% da potência total que entrou em operação totalizando 2,7 mil MW. As EOL representaram 34% totalizando 2,1 mil MW. As UTEs fósseis representaram 6% da capacidade instalada no período, enquanto as UTEs de biomassa representaram 16% do total. As PCHs até o período representaram apenas 1% da capacidade instalada.

## 1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

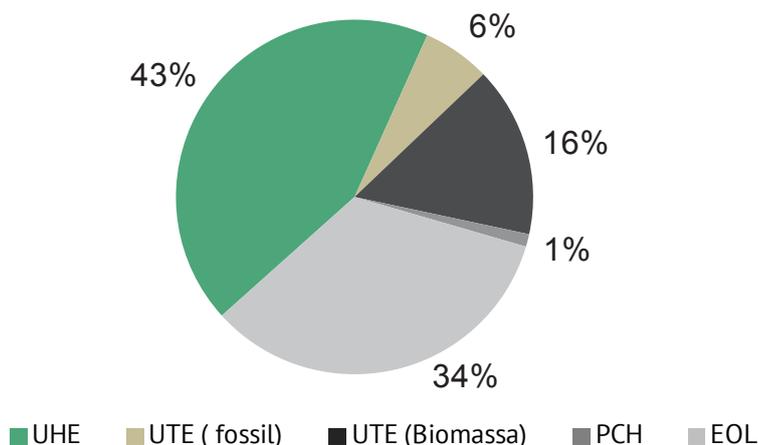
Até o fechamento esta edição, os dados da EPE não haviam sido atualizados. Seguem as últimas informações disponíveis.

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em setembro de 2014, 38.797 GWh, apresentando um valor 1% superior ao observado em setembro de 2013.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 14.868 GWh, valor 5% inferior ao observado no mesmo mês de 2013. O consumo industrial de energia elétrica representou 38% do total de energia elétrica consumida em setembro de 2014. No acumulado do ano, o consumo industrial de eletricidade apresentou recuo de 3% quando comparado ao mesmo período de 2013.

De acordo com a EPE, a retração do consumo industrial de energia elétrica no terceiro trimestre se concentra nas regiões Sudeste e Nordeste, onde as taxas foram negativas em 8,8% e 6,7%, respectivamente. O menor dinamismo de setores eletrointensivos tem causado impacto significativo no mercado de energia elétrica industrial.

**Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%)**  
De 1º de janeiro a 15 de novembro de 2014



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

\* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

**Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)**

Classe	Setembro	Setembro	Var.	Jan-Set	Jan-Set	Var.
	2103	2014		2013	2014	
Residencial	10.250	10.545	3	92.931	98.510	6
<b>Industrial</b>	<b>15.594</b>	<b>14.868</b>	<b>-5</b>	<b>137.770</b>	<b>133.587</b>	<b>-3</b>
Comercial	6.760	7.172	6	61.651	66.445	8
Outras	5.919	6.212	5	52.502	54.633	4
<b>Total</b>	<b>38.523</b>	<b>38.797</b>	<b>1</b>	<b>344.854</b>	<b>353.175</b>	<b>2</b>

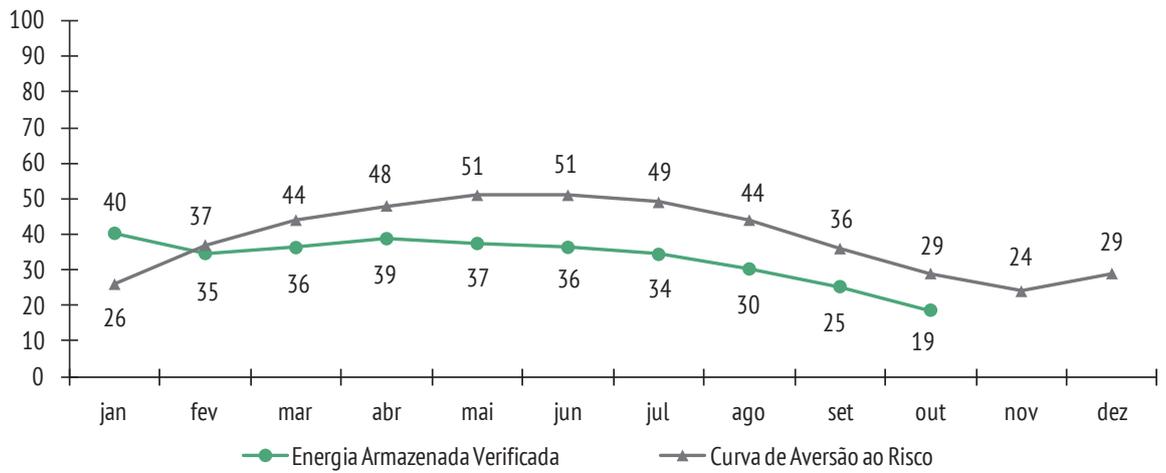
Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

## 1.3. Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada (ONS)

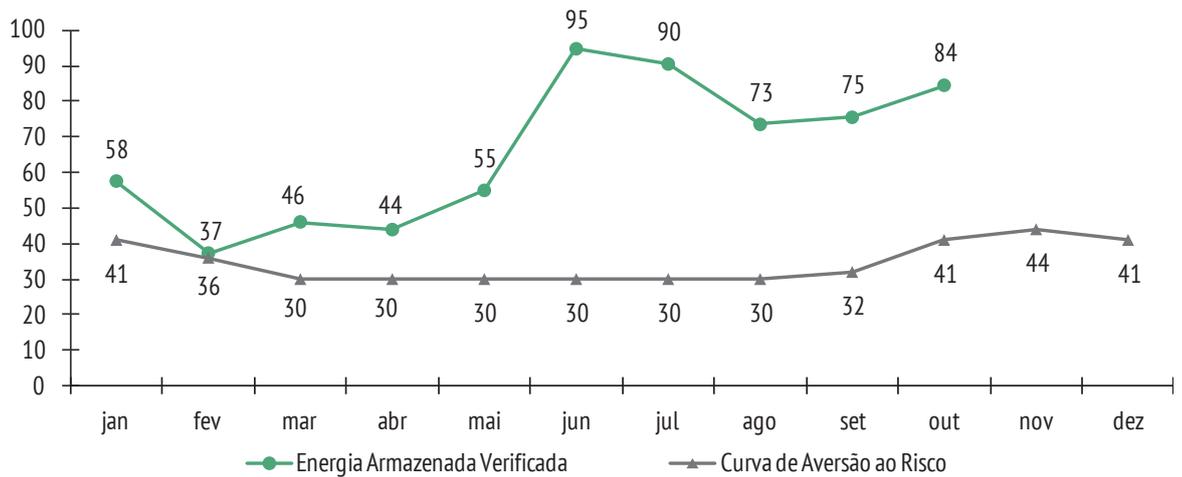
As Curvas de Aversão a Risco estabelecem níveis de energia armazenada, vale dizer, requisito mínimo de armazenagem de energia, em base mensal, adotados como referência de segurança para o atendimento do Sistema Interligado Nacional. Para garantir o atendimento ao mercado e assegurar a capacidade de recuperação dos reservatórios, os níveis de armazenamento do reservatório equivalente de uma Região devem ser mantidos sempre acima dessa curva.

Em outubro de 2014, a energia armazenada verificada caiu em quase todas as Regiões. Apenas a Região Sul subiu de 75% para 84%. Nas Regiões Sudeste e Centro Oeste a energia armazenada caiu de 25% para 19%, na Região Nordeste a energia armazenada caiu de 22% para 16% e a na Região Norte caiu de 43% para 33%. As Regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste apresentam indícios de que a capacidade dos reservatórios pode não ser suficiente para atender a demanda no período de seca, deficiência que deve ser suprida por importações de energia dos outros subsistemas ou por acionamento de termelétricas.

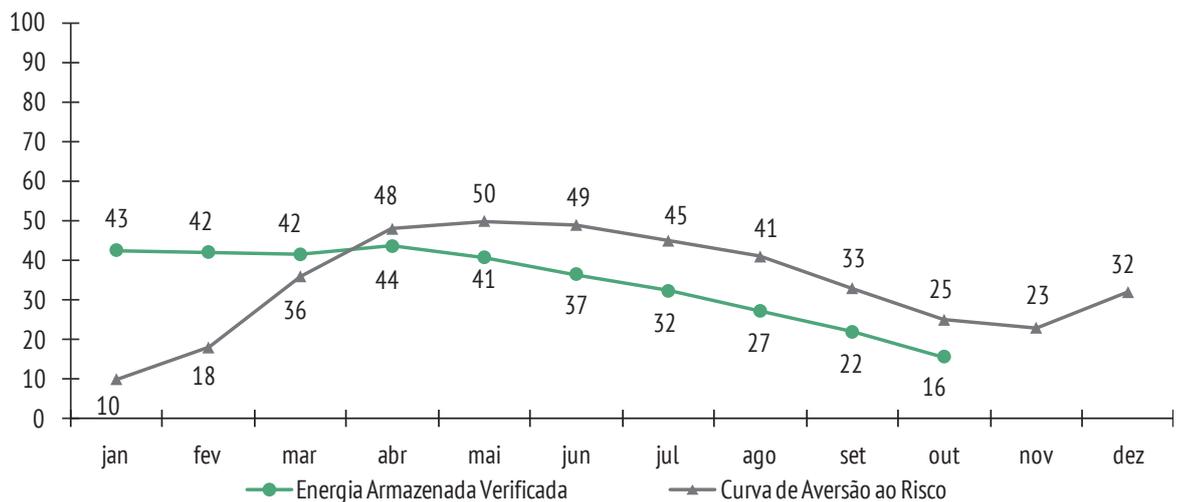
**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2014  
Sudeste e Centro-Oeste (%)**



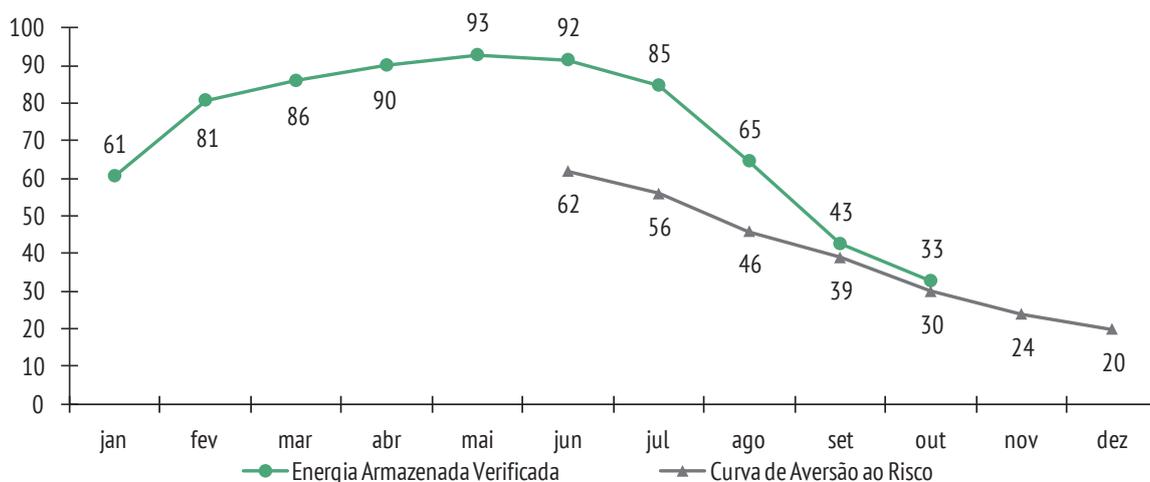
**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2014  
Sul (%)**



**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2014  
Nordeste (%)**



**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2014 Norte\* (%)**



Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

A Curva Bianaual de Aversão a Risco proposta para a Região Norte considera a hipótese de ocorrência das aflúências do pior ano do histórico de Tucuruí para o Subsistema Norte - 1963. Aplicação da curva limitada ao período junho-dezembro de cada ano.

### 1.4. Preço de Liquidação das Diferenças (CCEE)

O Preço de Liquidação das Diferenças - PLD é utilizado para valorar a compra e a venda de energia no mercado de curto prazo. O PLD é um valor determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no custo marginal de operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado. Os intervalos de duração de cada patamar são determinados para cada mês de apuração pelo ONS e informados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para que sejam considerados no sistema de contabilização e liquidação. Em 2014, o PLD mínimo e máximo são, respectivamente, R\$ 15,62 e R\$ 822,83/MWh.

Na quinta semana de outubro, o PLD atingiu o valor máximo previsto pela CCEE de R\$ 822,83/MWh em todas as Regiões para todas as cargas.

**Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)  
Semana 5 - Outubro 2014 (Período: 25/10/2014 a 31/10/2014)**

Carga	Sudeste/Centro-Oeste	Sul	Nordeste	Norte
Pesada	822,83	822,83	822,83	822,83
Média	822,83	822,83	822,83	822,83
Leve	822,83	822,83	822,83	822,83

Fonte: Elaboração própria com dados daCCEE

O cálculo da média mensal do PLD por submercado considera os preços semanais por patamar de carga - leve, média e pesada, ponderado pelo número de horas em cada patamar e em cada semana do mês, para todas as Regiões. O mês de outubro de 2014 apresentou um PLD entre R\$ 731,53 e R\$ 776,88/MWh. Esse valores são três vezes maiores que os valores observados em outubro de 2013 no mercado atacadista.

**Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)  
Mensal**

Região	Outubro	Outubro	Variação (%)
	2013	2014	
Sudeste/Centro-Oeste	260,99	776,88	197,67
Sul	213,92	731,53	241,96
Nordeste	270,23	776,88	187,49
Norte	262,48	776,88	195,98

Fonte: Elaboração própria com dados daCCEE

## 2. PETRÓLEO

### 2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo, no mês de setembro de 2014, foi de 73 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 13% superior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a produção foi 10% superior.

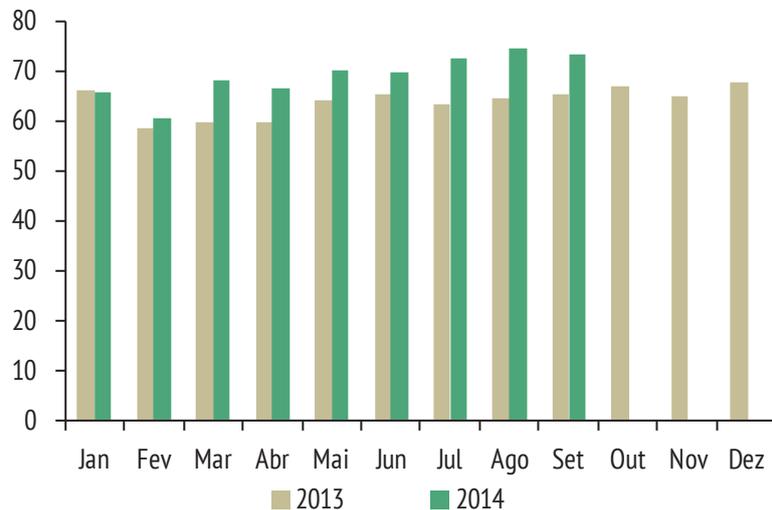
O grau API médio do petróleo produzido em setembro de 2014 foi de aproximadamente 24,4°, sendo que 9% da produção foi considerada óleo

leve (maior ou igual a 31°API), 60% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 31% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em setembro de 2014, foi de 63 milhões bep. Esse volume foi 6% superior ao observado em setembro de 2013 e no acumulado do ano 2% superior.

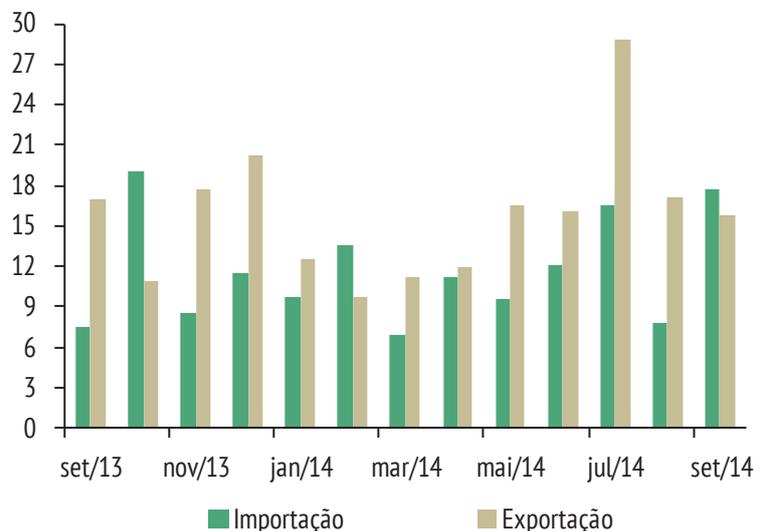
De acordo com a ANP, em setembro de 2014, cerca de 92,9% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.

Produção Nacional de Petróleo  
(milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo  
(milhões bep)

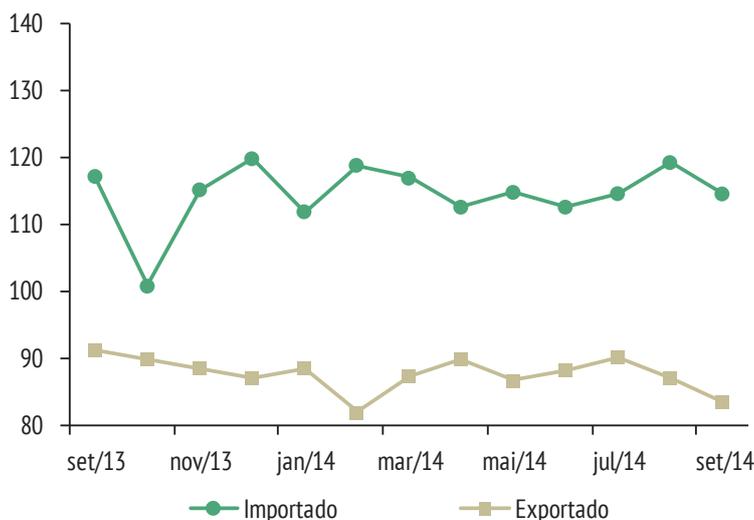


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

O volume de petróleo exportado pelo País, em setembro de 2014, foi de 16 milhões de bep, valor 7% inferior ao exportado em setembro de 2013. No acumulado do ano, a exportação foi 44% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

O preço médio do petróleo importado pelo país, em setembro de 2014, foi de US\$ 114,66/barril, valor 2% inferior ao observado em setembro de 2013. No acumulado do ano, o preço apresentou aumento de 1%.

Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado  
(US\$ FOB/barril)



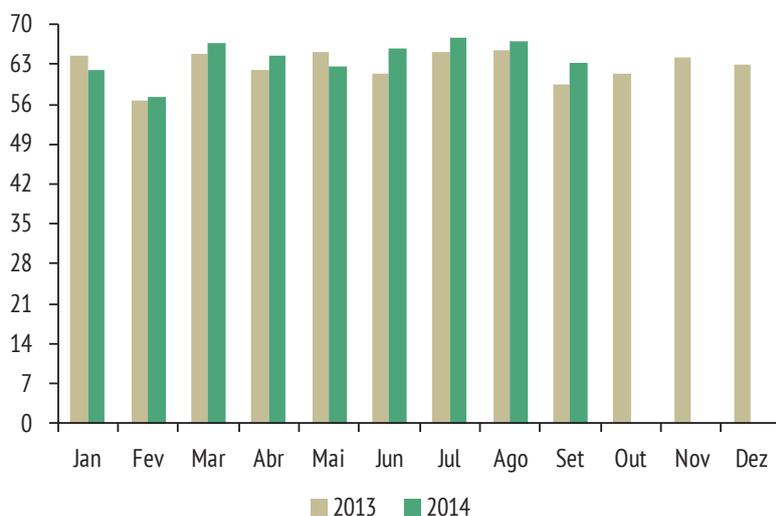
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## 2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

Em setembro de 2014, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 63 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m<sup>3</sup>), volume 6% superior ao produzido em setembro de 2013. No acumulado do ano, a produção nacional de derivados foi 2% superior ao mesmo período do ano passado.

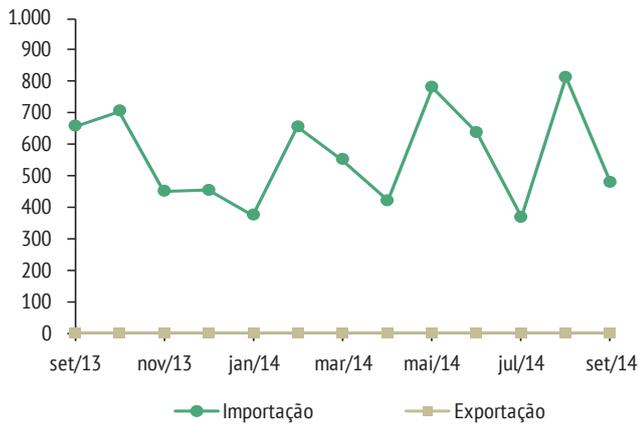
A importação de derivados de petróleo, em setembro de 2014, foi de 16 milhões bep, valor 35% superior ao registrado em setembro do ano anterior. No acumulado do ano, a importação observada foi muito próxima ao mesmo período do ano passado.

Produção de Derivados de Petróleo  
(milhões bep)



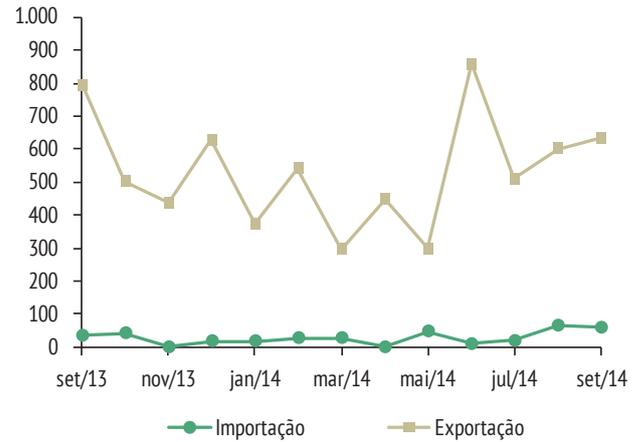
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Importação e Exportação de Nafta  
(mil m<sup>3</sup>)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

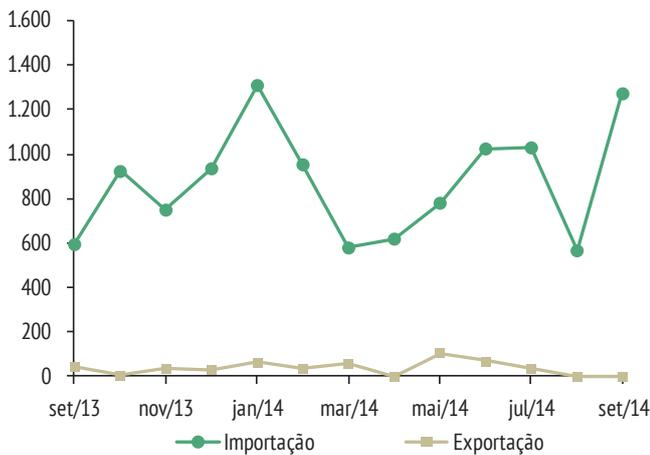
**Importação e Exportação de Óleo Combustível  
(mil m<sup>3</sup>)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

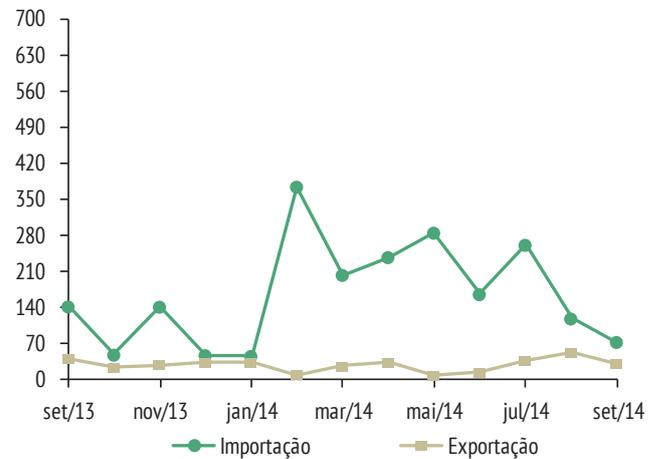
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em setembro de 2014, foi constatado um total de 9 milhões bep, o que representa um volume 16% inferior ao observado no mesmo mês de 2013. No acumulado do ano, a exportação foi 2% superior.

**Importação e Exportação de Óleo Diesel  
(mil m<sup>3</sup>)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Importação e Exportação de Gasolina  
(mil m<sup>3</sup>)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### 2.3. Dependência Externa de Petróleo e Derivados (ANP).

Em setembro de 2014, o Brasil registrou uma dependência externa positiva de 11% na balança comercial de petróleo e derivados. Em outras palavras, a importação de petróleo e derivados foi 9 milhões bep superior à exportação de petróleo e derivados frente a um consumo aparente de 82 milhões de bep. Em setembro de 2013, a dependência externa foi negativa em 14%. No acumulado do ano de 2014, foi observada uma dependência de 4%. No mesmo período do ano anterior, a dependência foi de 11%.

#### Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Setembro/2013	Jan-Set/2013	Setembro/2014	Jan-Set/2014
Produção de Petróleo (a)	65	566	73	622
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-9	10	2	-35
Imp. Líq. de Derivados (c)	1	63	7	62
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	57	639	82	649
Dependência Externa (e)=(d-a)	-8	73	9	27
<b>Dependência Externa (%)=(e)/(d)</b>	<b>-4</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>4</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### 2.4. Balança Comercial de Petróleo e Derivados (ANP).

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em setembro de 2014, apresentou débito de US\$ 1,6 bilhão FOB. Ou seja, o Brasil importou US\$ 1,6 bilhão FOB a mais do que exportou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido positivo em US\$ 446 milhões FOB. No acumulado do ano, a balança comercial de petróleo e derivados apresentou saldo negativo de US\$ 7,0 bilhões FOB.

#### Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

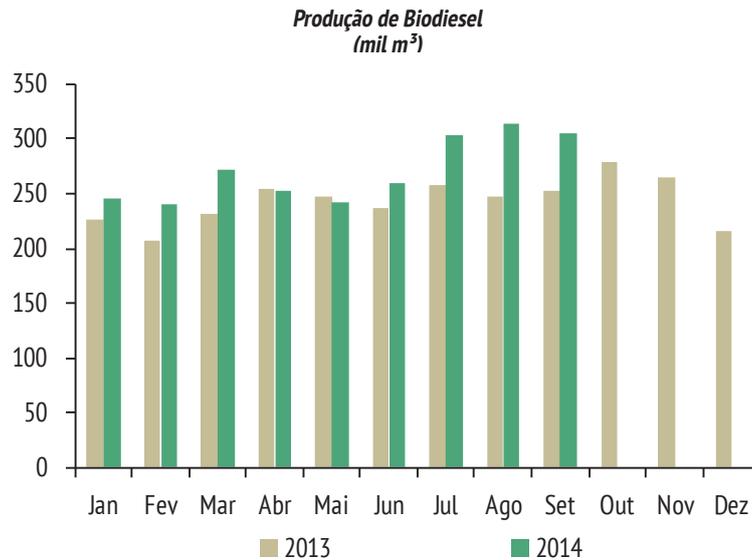
	Setembro/2013	Jan-Set/2013	Setembro/2014	Jan-Set/2014
<b>Petróleo</b>				
Receita com exportação (a)	1.554	8.631	1.327	12.233
Dispêndio com importação (b)	884	12.164	2.031	12.112
Balança Comercial (c)=(a-b)	670	-3.533	-704	121
<b>Derivados</b>				
Receita com exportação (d)	1.074	7.500	989	7.592
Dispêndio com importação (e)	1.298	14.894	1.791	14.752
Balança Comercial (f)=(d-e)	-223	-7.394	-893	-7.160
<b>Petróleo e Derivados</b>				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	2.628	16.131	2.225	19.825
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	2.182	27.058	3.822	26.864
<b>Balança Total (i)=(g)-(h)</b>	<b>446</b>	<b>-10.927</b>	<b>-1.597</b>	<b>-7.039</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## 3. BIOCOMBUSTÍVEIS

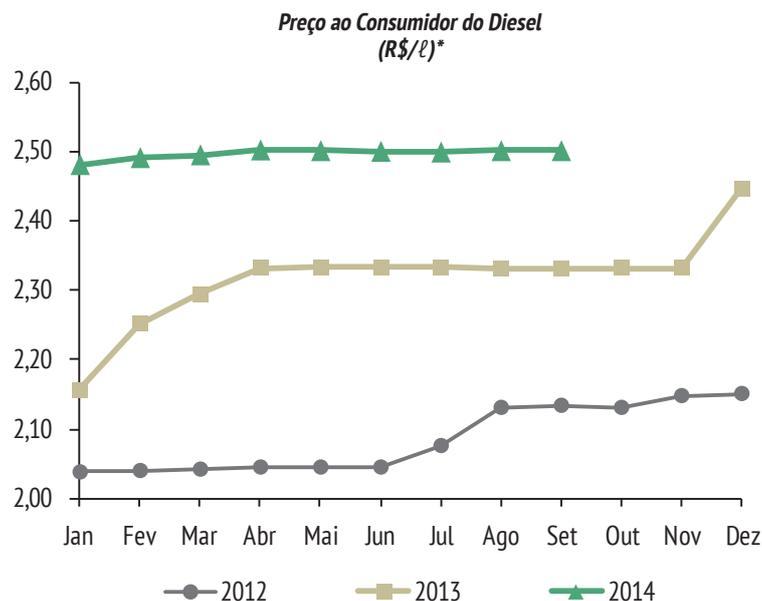
### 3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em setembro de 2014, foi de 305 mil m<sup>3</sup>, montante 21% superior ao produzido em setembro de 2013. No acumulado do ano, a produção de biodiesel foi 13% superior.



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em setembro de 2014, foi de R\$ 2,50/ℓ, valor 7% superior ao observado em setembro de 2013.



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## 3.2. Álcool

### 3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2014/2015 produziu, até o dia 31 de agosto de 2015, 16.575 mil m<sup>3</sup> de álcool, sendo 9.592 mil m<sup>3</sup> referentes à produção de álcool etílico hidratado (58%). Em relação ao mesmo período da safra 2013/2014, houve um aumento de 5,8% na produção de álcool hidratado.

A produção total de álcool foi 6,1% superior em relação ao mesmo período da safra anterior, com aumento na produção do álcool anidro e álcool hidratado.

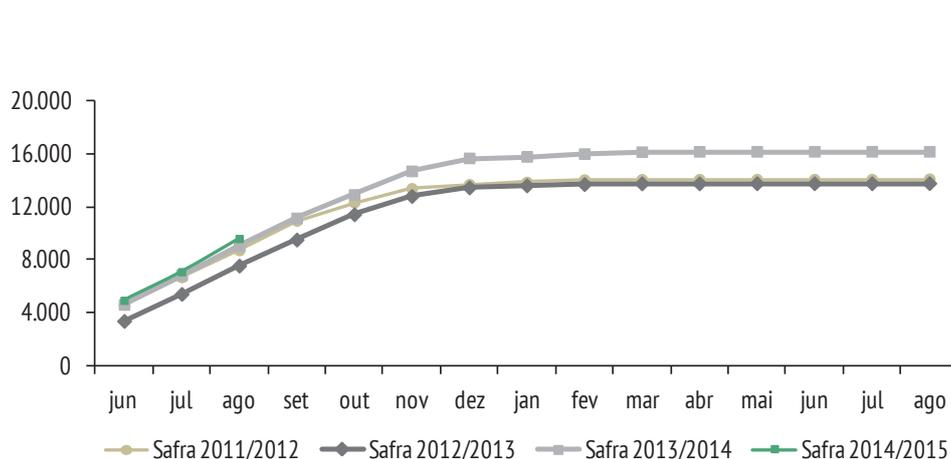
A produção de açúcar também apresentou aumento. Até 31 de agosto de 2014, produziu-se 21 milhões de toneladas de açúcar, volume 7,2% superior ao observado no mesmo período da safra 2013/2014.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2013/2014 (até 31 de agosto de 2014)	Safra 2014/2015 (até 31 de agosto de 2015)	Varição (%)
Álcool Anidro (mil m <sup>3</sup> )	6.559	6.983	6,5
Álcool Hidratado (mil m <sup>3</sup> )	9.070	9.592	5,8
<b>Total Álcool (mil m<sup>3</sup>)</b>	<b>15.629</b>	<b>16.575</b>	<b>6,1</b>
Açúcar (mil ton)	19.621	21.031	7,2

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

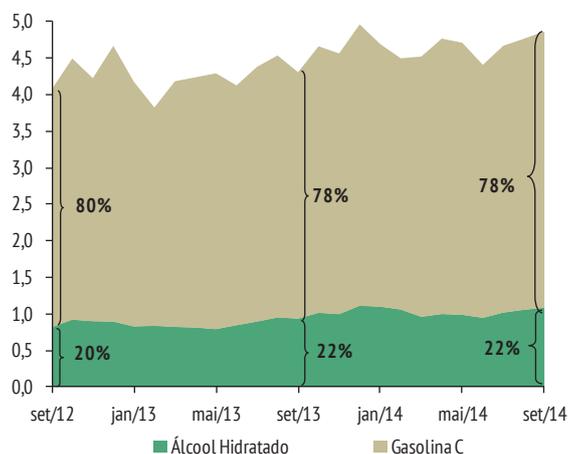
### 3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 1.081 mil m<sup>3</sup> em setembro de 2014. Esse número representa um aumento de 16% em relação ao volume vendido em setembro de 2013. No acumulado do ano, as vendas foram 19% superiores.

As vendas de álcool etílico hidratado representaram 22% do universo de vendas do álcool e da gasolina em setembro de 2014. Essa participação foi similar ao observado em setembro de 2013.

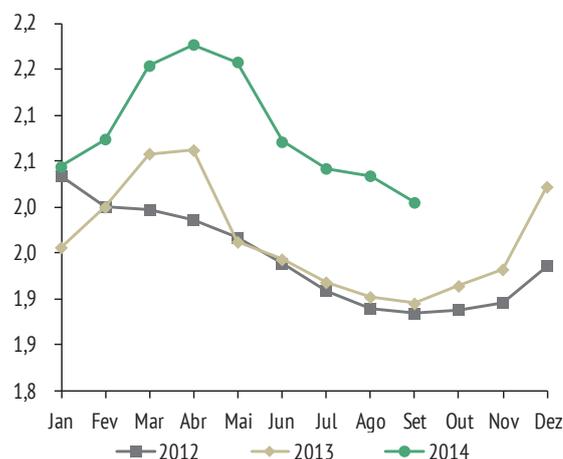
Em setembro de 2014, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,00/ℓ, valor 6% superior ao registrado em setembro de 2013.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C<sup>1</sup> (milhão m<sup>3</sup>)



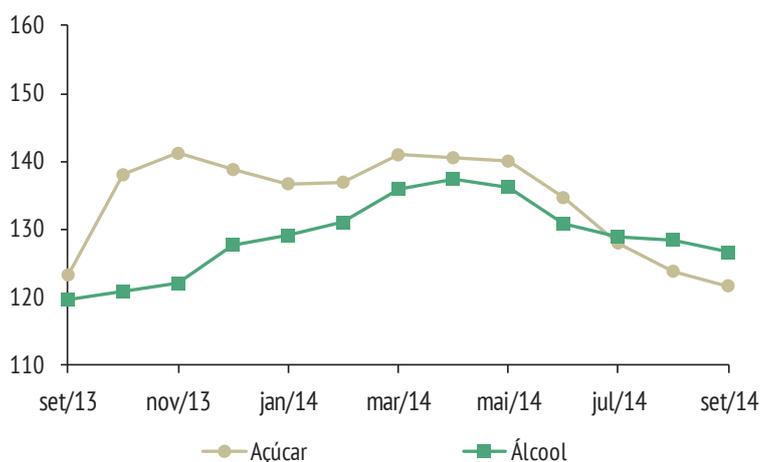
<sup>1</sup>Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.  
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar\* e do Alcool Etílico Hidratado  
(jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

\* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

## 4. GÁS NATURAL

### 4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em setembro de 2014, foi de 89 milhões m<sup>3</sup>, representando um aumento de 14% comparado à média verificada em setembro de 2013. No acumulado do ano, a média foi 11% superior.

A importação de gás natural realizada pelo País, em setembro de 2014, foi de 36 milhões m<sup>3</sup>/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 94 milhões m<sup>3</sup>/dia. Este montante é 6% inferior ao observado em setembro de 2013. No acumulado do ano, a oferta total do gás natural foi 3% superior.

*A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 35% em setembro de 2014. Em setembro de 2013, essa proporção havia sido de 32%.*

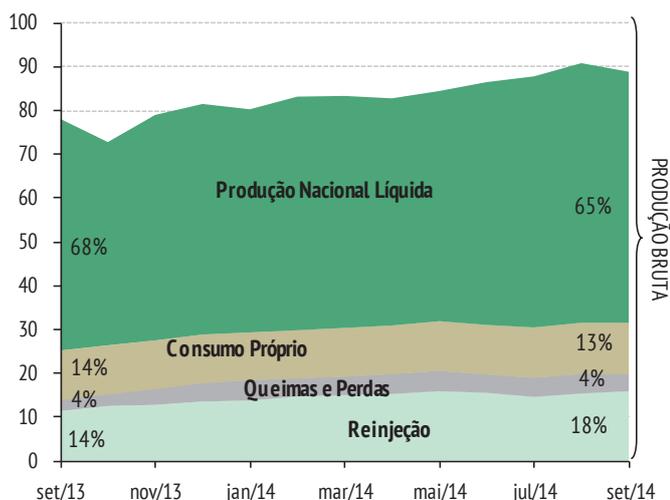
Balço do Gás Natural no Brasil (mil m<sup>3</sup>/dia)

	Média em Setembro/2013	Média do período Jan-Set/2013	Média em Setembro/2014	Média do período Jan-Set/2014
<b>Produção Nacional<sup>1</sup></b>	<b>78.144</b>	<b>76.686</b>	<b>88.931</b>	<b>85.410</b>
- Reinjeção	11.287	9.837	15.887	15.085
- Queimas e Perdas	2.733	3.535	3.955	4.451
- Consumo Próprio	11.204	10.733	11.721	11.265
= Produção Nac. Líquida	52.919	52.581	57.369	54.609
+ Importação	46.891	46.513	36.348	47.345
= Oferta	99.810	99.094	93.717	101.954

<sup>1</sup> Não inclui Gás Natural Liquefeito.

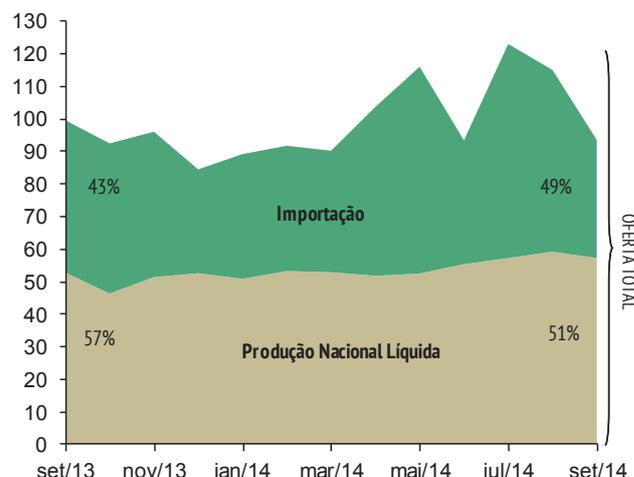
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Produção Nacional Bruta de Gás Natural**  
(milhão m<sup>3</sup>/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Oferta Total de Gás Natural**  
(milhão m<sup>3</sup>/dia)



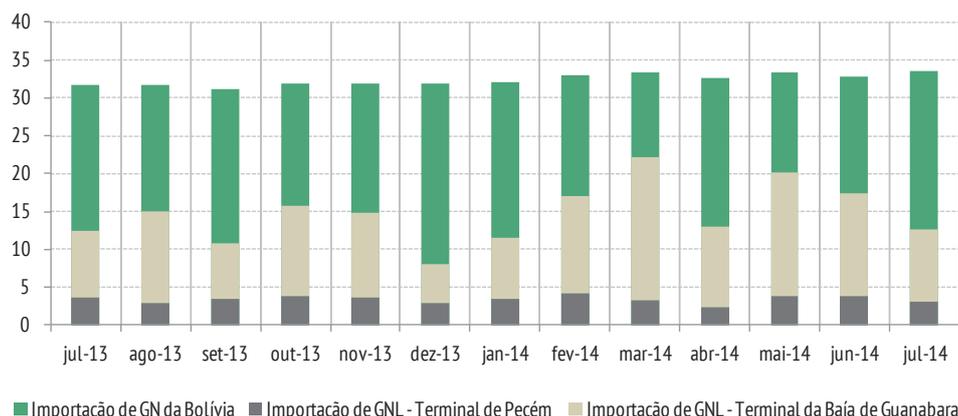
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## 4.2. Importação Média de Gás Natural (MME)

A importação média de Gás Natural da Bolívia, em julho de 2014, foi de 34 milhões de m<sup>3</sup>/dia, volume 6% superior ao observado no mesmo mês de 2013.

Em julho de 2014, a importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL) totalizou 18 milhões m<sup>3</sup>/dia, volume 47% superior ao montante observado em julho de 2013.

**Importação de Gás Natural (milhões m<sup>3</sup>/dia)**



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia.

## 4.3. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás natural no país em agosto de 2014 foi, em média, de 82 milhões de m<sup>3</sup>/dia. Essa média é 24% superior ao volume médio diário consumido em agosto de 2013. No acumulado do ano, o consumo de gás natural apresentou uma variação de 8% superior ao observado de janeiro a agosto de 2013.

O setor industrial, em agosto de 2014, consumiu 29 milhões de m<sup>3</sup>/dia de gás natural, sendo um valor muito próximo ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, o consumo industrial de gás natural apresentou uma variação de 1% superior ao observado de janeiro a agosto de 2013.

O setor industrial foi responsável por 35% do consumo de gás natural em agosto de 2014. A geração elétrica foi o primeiro setor em consumo, responsável por 44% do volume total de gás consumido no mesmo mês.

**Consumo de Gás Natural por Segmento**

	Médio (mil m <sup>3</sup> /dia)		Variação %	
	Agosto/2014	Jan-Ago/2014	Ago-2014/Ago-2013	Acumulado no Ano
<b>Industrial</b>	<b>28.924</b>	<b>28.481</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
Automotivo	4.980	4.911	-3	-3
Residencial	1.222	947	5	-3
Comercial	829	754	13	3
Geração Elétrica	35.723	33.044	51	19
Co-geração*	2.512	2.595	3	4
Outros	7.482	4.123	102	0
<b>Total</b>	<b>81.671</b>	<b>74.855</b>	<b>24</b>	<b>8</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

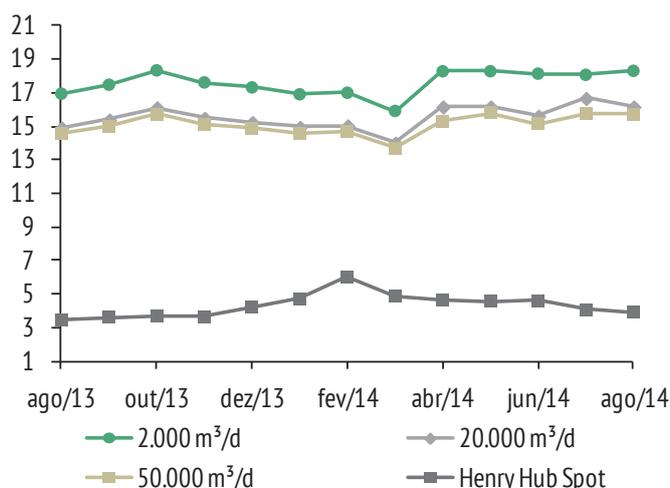
\*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

#### 4.4. Preço do Gás Natural (MME).

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em agosto de 2014, foi de US\$ 16,73/MMBTU, valor é 8% superior ao observado em agosto de 2013 (US\$ 15,47/MMBTU). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em agosto de 2014, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 3,91/MMBTU, valor 14% superior ao apresentado em agosto de 2013 (US\$ 3,43/MMBTU). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial<sup>1</sup> e do Mercado Spot Henry Hub<sup>2</sup> (US\$/MMBTU)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

<sup>1</sup> Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

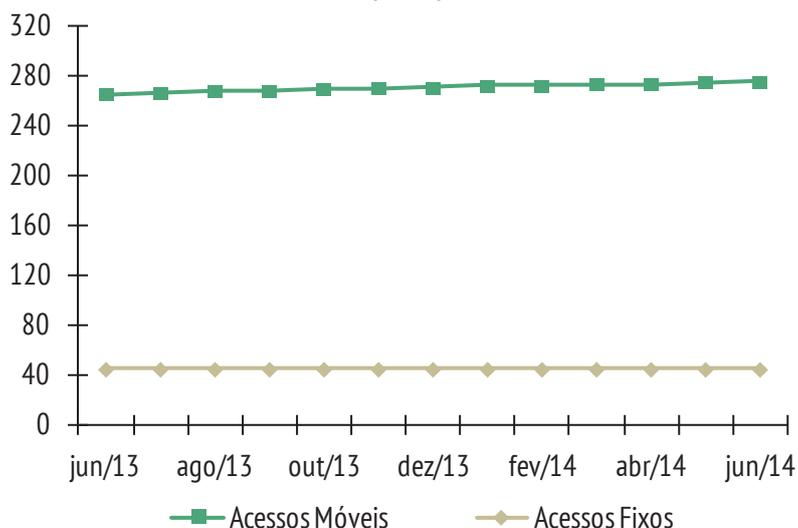
<sup>2</sup> Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

## 5. TELECOMUNICAÇÕES

### 5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Até o fechamento desta edição a ANATEL não havia disponibilizado os Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa. Seguem as últimas informações disponíveis. Em junho de 2014, o número de acessos móveis em operação foi de 276 milhões, montante 4% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos móveis nos últimos 12 meses tem sido de aproximadamente 0,3% ao mês.

Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

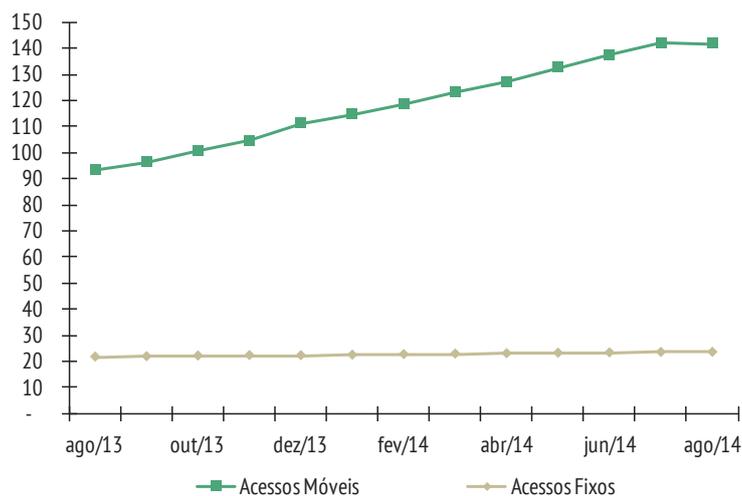
Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em junho de 2014, o número de acessos fixos foi de 44,3 milhões, valor próximo ao averiguado em abril de 2014.

## 5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

O número total de acessos de internet móvel ativos comercializados em agosto de 2014 foi de 142 milhões, montante 52% superior ao observado no mesmo período de 2013. Em relação a julho de 2014, os acessos de internet móvel foram similares.

Os acessos totais de internet fixa vêm crescendo em ritmo inferior ao observado nos últimos meses. Houve no mês de agosto de 2014, um total de 23 milhões de acessos, o que representa um crescimento de 8% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em relação a julho de 2014, os acessos à internet fixa foram similares.

**Evolução do Total de Acessos ativos de Internet Móvel<sup>1</sup> e Fixa<sup>2</sup> (milhão)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANATEL

<sup>1</sup> WCDMA, LTE, M2M e Banda Larga Móvel

<sup>2</sup> Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

<sup>3</sup> A partir de 2014 a metodologia de obtenção de dados da Anatel foi alterada, gerando uma diferença de -2% dos valores obtidos para os anos de 2013 e 2014.



# 6. TRANSPORTES

## 6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

**Movimentação Total de Cargas – por natureza\* (mil t)**

	Período		Variação %
	Out/2013	Out/2014	Out-2014 / Out-2013
<b>Granel Sólido (a)</b>	<b>52.252</b>	<b>52.581</b>	<b>1%</b>
Portos Públicos	18.875	18.595	-1%
TUPs	33.377	33.986	2%
<b>Granel Líquido (b)</b>	<b>20.334</b>	<b>20.940</b>	<b>3%</b>
Portos Públicos	4.272	4.383	3%
TUPs	16.061	16.557	3%
<b>Carga Geral Solta (c)</b>	<b>3.998</b>	<b>4.869</b>	<b>22%</b>
Portos Públicos	1.410	1.362	-3%
TUPs	2.588	3.507	35%
<b>Total (a+b+c)</b>	<b>76.583</b>	<b>78.390</b>	<b>2%</b>
Portos Públicos	24.557	24.340	-1%
TUPs	52.026	54.049	4%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

\* Terminais de uso privativo (96 instalações).

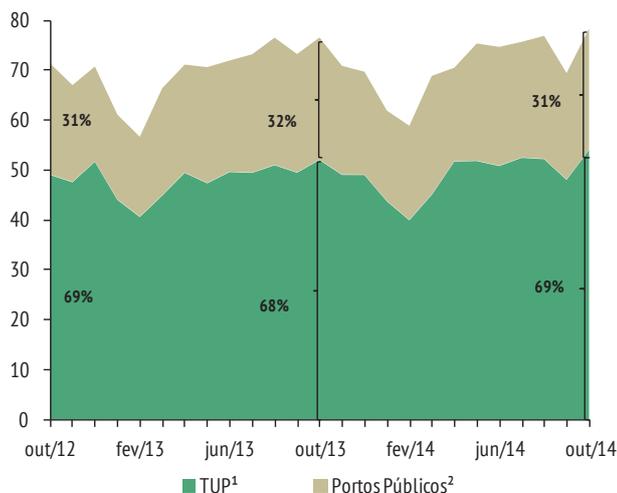
Portos públicos (33 instalações).

Em outubro de 2014, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) apresentou uma expansão de 1% em relação a outubro de 2013. A movimentação de granel líquido foi 3% superior ao movimentado no mesmo mês do ano anterior enquanto a carga geral solta apresentou expansão de 22%.

Em outubro de 2014, os TUPs representaram 69% da movimentação total de carga nos portos e terminais. A movimentação total nos TUPs foi de 54.049 mil toneladas, volume 4% superior ao observado em outubro de 2013. Os portos públicos movimentaram 24.340 mil toneladas em outubro de 2014, volume 1% inferior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

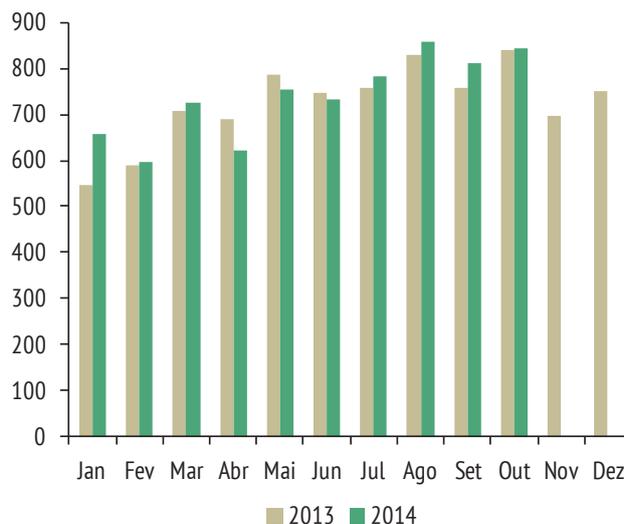
A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do país em outubro de 2014 foi de 842 mil TEUs (twenty-foot equivalent unit), montante 7% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

**Movimentação Total de Cargas  
(milhões t)**



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.  
<sup>1</sup> Terminais de uso privativo (97 instalações).  
<sup>2</sup> Portos públicos (52 instalações).

**Movimentação Total de Contêineres\*  
(mil TEUs)**



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.  
 \*Terminais de uso privativo (114 instalações).  
 Portos públicos (33 instalações).

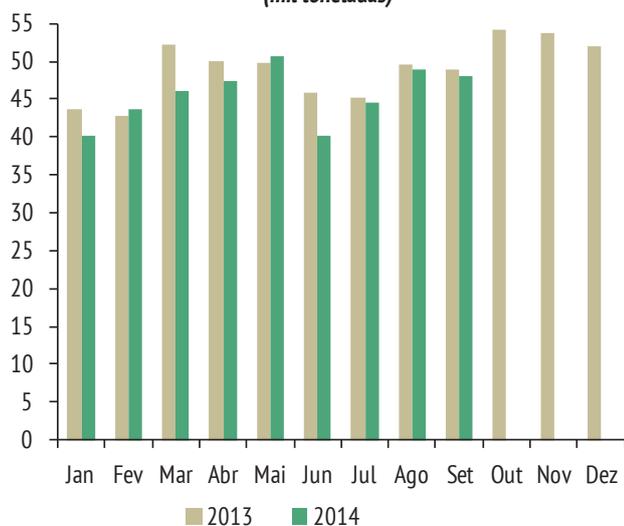
## 6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

Os dados de movimentação do aeroporto de Confins (BH) não foram disponibilizados para o mês de setembro. Excluindo Confins, 16 milhões de passageiros transitaram pelos principais aeroportos brasileiros em setembro de 2014.

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) passou a divulgar os dados de movimentação de carga paga nos aeroportos brasileiros. A movimentação de carga aérea total no País, em setembro de 2014, foi de 48 mil toneladas, montante 2% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a movimentação foi 4% inferior.

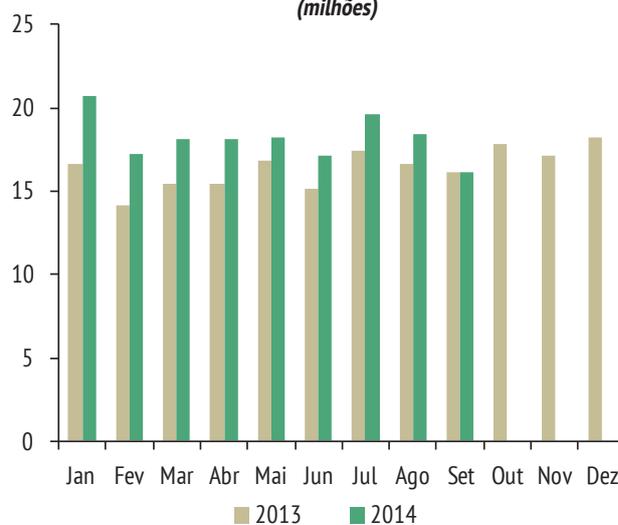
A carga doméstica respondeu por 71% do total de cargas movimentado em setembro de 2014.

**Movimentação mensal de Cargas  
(mil toneladas)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

**Movimentação mensal de Passageiros  
(milhões)**



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo.

### 6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em outubro de 2014, foi de 43 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 3% superior ao observado no mesmo período de 2013. A movimentação de contêiner foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (28%), enquanto a carga geral não containerizada apresentou a maior retração (-30%). O minério de ferro correspondeu a 77% do total movimentado em outubro de 2014.

**Movimentação Acumulada de Cargas**

Mercadoria	Ano		Variação (%) acum-14/ acum-13
	2014 Outubro (mil TU)	2013 Outubro (mil TU)	
Minério de Ferro	33.043	31.749	4
Produção Agrícola (exceto soja)	3.583	3.415	5
Soja e Farelo de Soja	1.371	1.517	-10
Indústria Siderúrgica	1.019	1.097	-7
Carvão/Coque	853	854	0
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	622	745	-17
Extração Vegetal e Celulose	557	634	-12
Grãos Minerais	542	467	16
Aubos e Fertilizantes	375	416	-10
Conteiner	362	282	28
Indústria Cimenteira e Construção Civil	305	316	-3
Cimento	244	275	-11
Carga Geral - Não Contein.	13	19	-30
<b>Total</b>	<b>42.888</b>	<b>41.785</b>	<b>-3</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT.

### 6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em outubro de 2014, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 65 milhões de toneladas, montante 5% inferior ao averiguado em outubro do ano anterior. O modo marítimo apresenta a maior participação nas movimentações, com 95% do total.

**Movimentação Total (exportação e importação) por modo**

Modo	mil t		Variação (%)	
	Out/2014	Jan- Out/2014	Out-2014 Out-2013	Acumulado do ano
Marítimo	61.275	578.776	-5	4
Fluvial	1.513	15.313	-20	7
Aéreo	113	1.054	-5	-6
Ferroviário	38	385	-31	-24
Rodoviário	1.008	9.449	-7	-7
Outros*	923	9.741	-7	-3
<b>Total</b>	<b>64.869</b>	<b>614.718</b>	<b>-5</b>	<b>-3</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

\*Linha de transmissão, tudo-conduto, postal, próprio, lacustre.

## 7. INVESTIMENTOS PRIVADOS EM INFRAESTRUTURA

### 7.1. Desembolsos do BNDES

Em setembro de 2014, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 5,5 bilhões, valor 52% superior ao aportado em setembro de 2013.

#### Desembolso mensal BNDES

Setor	Setembro/2013 R\$ milhão	Setembro/2014 R\$ milhão	Varição (%)	Participação (%)
Refino e Álcool	108	413	281	8
Energia Elétrica e Gás Natural	608	2.361	288	43
Saneamento	98	123	26	2
Telecomunicações	334	208	-38	4
Transporte	2.483	2.404	-3	44
Aéreo	115	1	-100	-
Aquaviário	152	22	-85	-
Terrestre	2.216	2.381	7	-
<b>Total Infraestrutura</b>	<b>3.631</b>	<b>5.509</b>	<b>52</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

## 8. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA UNIÃO (SIAFI)

### 8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2014 foi de, aproximadamente, R\$ 2,6 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 84 bilhões correspondem à alínea “investimentos”, o que representa 3% do orçamento total de 2014.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R\$ 15,9 bilhões o que representa 19% da sua dotação total.

Do orçamento de investimentos da União para 2014, foram empenhados, até 26 de novembro, R\$ 49 bilhões, o que representa 58% da dotação autorizada. Até o dia 26 de novembro, foram liquidados R\$ 17,3 bilhões e pagos do orçamento aproximadamente R\$ 15,3 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 52 bilhões.

### 8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 15,9 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2014, foram empenhados R\$ 10,9 bilhões (68% da dotação). Até o dia 26 de novembro, foram liquidados R\$ 5,0 bilhões do orçamento, o montante pago do orçamento foi R\$ 3,9 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 10,7 bilhões.

Cerca de 76% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 12,2 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 2,9 bilhões, ou 18%), hidroviário (R\$ 269 milhões) e outros (R\$ 616 milhões). A modalidade portuária apresenta empenho de 9 milhões e um total pago no valor de R\$ 16 milhões até dia 26 de novembro.

### 8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2014, cerca de R\$ 472 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 7,7 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 13,6 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 79,4 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2014.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 44% foram pagos até 26 de novembro (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 54% do total de restos a pagar inscritos.

## 9. PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC (SIAFI) – TABELA IV

Para 2014, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 62,5 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 34% no Ministério das Cidades (R\$ 21,3 bilhões) e 23% no Ministério dos Transportes (R\$ 14,6 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou R\$ 46,2 bilhões (74% do orçamento autorizado) e liquidou R\$ 24,0 bilhões até 26 de novembro. Foram pagos R\$ 22,5 bilhões do orçamento de 2014. Os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 30,9 bilhões. Restam R\$ 35,9 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

## 10. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DAS ESTATAIS (MPOG) (TABELA V)

Em 2014, as empresas estatais e agências de fomento apresentaram dotação autorizada para investimentos no valor de R\$ 106 bilhões. Foram executados, até o quinto bimestre, investimentos no valor de R\$ 76 bilhões, equivalentes a 71% da dotação autorizada para 2014. Esse valor foi 9% inferior ao desembolsado em 2013, no mesmo período.

Em relação às Estatais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, a dotação de investimentos para 2014 foi de R\$ 94,3 bilhões. As despesas totais realizadas foram de cerca de R\$ 70 bilhões, o que representa uma execução de 74% do autorizado e 93% do total executado pelas Estatais.

*Entre as empresas estatais, o Grupo Petrobras concentra 80% da dotação autorizada para as Estatais em 2014 e respondeu por 87% da despesa realizada até o quinto bimestre do ano, num total de R\$ 66 bilhões (execução de 78% de sua dotação).*

# ANEXOS

**Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2014**  
**Investimentos - Por Órgão Superior**

Valores em final de período - atualizados até 26/11/2014\*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.780	509	29	97	5	97	5	384	480	586
MAPA	1.297	704	54	86	7	26	2	683	710	732
MCTI	1.326	633	48	353	27	269	20	557	826	626
MDIC	179	49	27	27	15	26	15	45	72	41
MME	144	199	138	110	77	110	76	66	176	20
M. Transportes	15.926	10.886	68	5.074	32	3.927	25	6.727	10.654	5.827
M. Comunicações	130	33	25	4	3	4	3	85	89	73
MMA	187	91	49	17	9	17	9	106	122	21
MDA	722	359	50	68	9	49	7	3.789	3.838	515
M. Defesa	9.526	7.738	81	3.893	41	3.776	40	6.044	9.820	1.675
M. Int. Nacional	7.567	4.262	56	1.760	23	1.638	22	2.474	4.113	3.520
M. das Cidades	9.878	3.762	38	625	6	516	5	2.454	2.970	11.841
Outros**	35.239	19.362	55	5.198	15	4.867	14	13.108	17.976	21.014
<b>Total</b>	<b>83.902</b>	<b>48.587</b>	<b>58</b>	<b>17.310</b>	<b>21</b>	<b>15.322</b>	<b>18</b>	<b>36.522</b>	<b>51.844</b>	<b>46.493</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

\*\* Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

**Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes - OGU 2014**  
**Investimentos - Por Modalidade**

Valores em final de período - atualizados até 26/11/2014\*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferrovário	2.870	2.308	80	1.663	58	1.573	55	680	2.252	643
Hidroviário	269	201	75	3	1	3	1	129	131	204
Portuário	0	9	0	3	0	1	0	15	16	5
Rodoviário	12.171	8.065	66	3.299	27	2.260	19	5.700	7.960	4.645
Outros	616	303	49	107	17	91	15	205	295	331
<b>Total</b>	<b>15.926</b>	<b>10.886</b>	<b>68</b>	<b>5.074</b>	<b>32</b>	<b>3.927</b>	<b>25</b>	<b>6.727</b>	<b>10.654</b>	<b>5.827</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

**Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2014 Restos a Pagar Processados**

**Restos a Pagar Processados**

Valores em final de período - atualizados até 26/11/2014\*

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	472	-1	402	69
União	7.686	-370	4.303	3.012

**Restos a Pagar Não-processados**

Valores em final de período - atualizados até 26/11/2014\*

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	13.639	-1.555	6.325	5.758
União	79.442	-3.742	32.219	43.481

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

**Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2014**  
**PAC - Por Órgão Superior**

Valores em final de período - atualizados até 26/11/2014\*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	3.961	1.881	47	1.365	34	1.362	34	925	2.287	712
M. Planejamento	2	1	39	0	23	0	23	0	1	0
MAPA	0	0	0	0	0	0	0	306	306	364
MCTI	0	0	0	0	0	0	0	32	32	0
M. Fazenda	80	0	0	0	0	0	0	0	0	80
MEC	6.629	5.870	89	859	13	847	13	2.854	3.701	3.868
MDIC	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
M. Justiça	0	1	0	1	0	1	0	4	4	0
M. Minas e Energia	247	271	110	173	70	170	69	203	373	102
M. Saúde	2.410	1.354	56	1.044	43	1.009	42	970	1.979	2.680
M. Trabalho e Emprego	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M. Transportes	14.646	11.109	76	5.153	35	3.986	27	7.184	11.170	5.827
M. Comunicações	101	8	8	0	0	0	0	25	25	7
M. Cultura	166	88	53	26	16	20	12	246	266	300
M. Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
MDA	38	12	32	4	10	4	10	3.396	3.400	17
M. Esporte	1.353	614	45	211	16	208	15	301	509	1.006
M. Defesa	4.943	4.551	92	2.594	52	2.554	52	3.598	6.152	572
M. Integr. Nacional	5.967	3.867	65	1.684	28	1.573	26	2.087	3.660	1.890
M. Turismo	1	0	0	0	0	0	0	57	57	1.526
M. Desenv. Social	643	449	70	200	31	200	31	496	696	212
M. Cidades	21.340	16.143	76	10.690	50	10.582	50	8.264	18.846	16.710
<b>Total</b>	<b>62.532</b>	<b>46.219</b>	<b>74</b>	<b>24.006</b>	<b>38</b>	<b>22.517</b>	<b>36</b>	<b>30.947</b>	<b>53.464</b>	<b>35.875</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela. \* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.



**Tabela V - Orçamento de Investimentos – 2014**  
**Estatais e Agências de Fomento**

R\$ milhão

Por órgão: Ministérios	Dotação	Despesa realiza Até 5º bim.
Minas e Energia	94.324	69.927
Comunicações	1.322	904
Tranportes <sup>1</sup>	0	0
Defesa	9	3
Outros	10.219	4.736
<b>Total</b>	<b>105.873</b>	<b>75.570</b>

<sup>1</sup>Refere-se, apenas, à Cia Docas do Maranhão - CODOMAR

Por Subfunção	Dotação	Despesa realiza Até 5º bim.
Produção Industrial	1.073	504
Energia Elétrica	10.057	4.811
Combustíveis Minerais	73.446	60.050
Transporte Aéreo	1.667	1.154
Transporte Hidroviário	3.070	855
Transportes Especiais	5.349	2.613

Por função	Dotação	Despesa realiza Até 5º bim.
Indústria	441	187
Comunicações	1.301	903
Energia	94.183	69.734
Transporte	2.991	1.405
Outros	10.219	4.736
<b>Total</b>	<b>105.873</b>	<b>75.570</b>

Fonte: Portaria n.º 12/2014 do MPOG.

Por Unidade	Dotação	Despesa realiza Até 5º bim.
Grupo Eletrobrás	9.871	4.370
Grupo Petrobras	84.452	65.557
Cias DOCAS <sup>2</sup>	1.303	1.154
Infraero	1.670	1.154
Transporte Hidroviário	3.070	855
Transportes Especiais	5.349	2.613

<sup>2</sup>Despesas alocadas na Secretaria de Portos